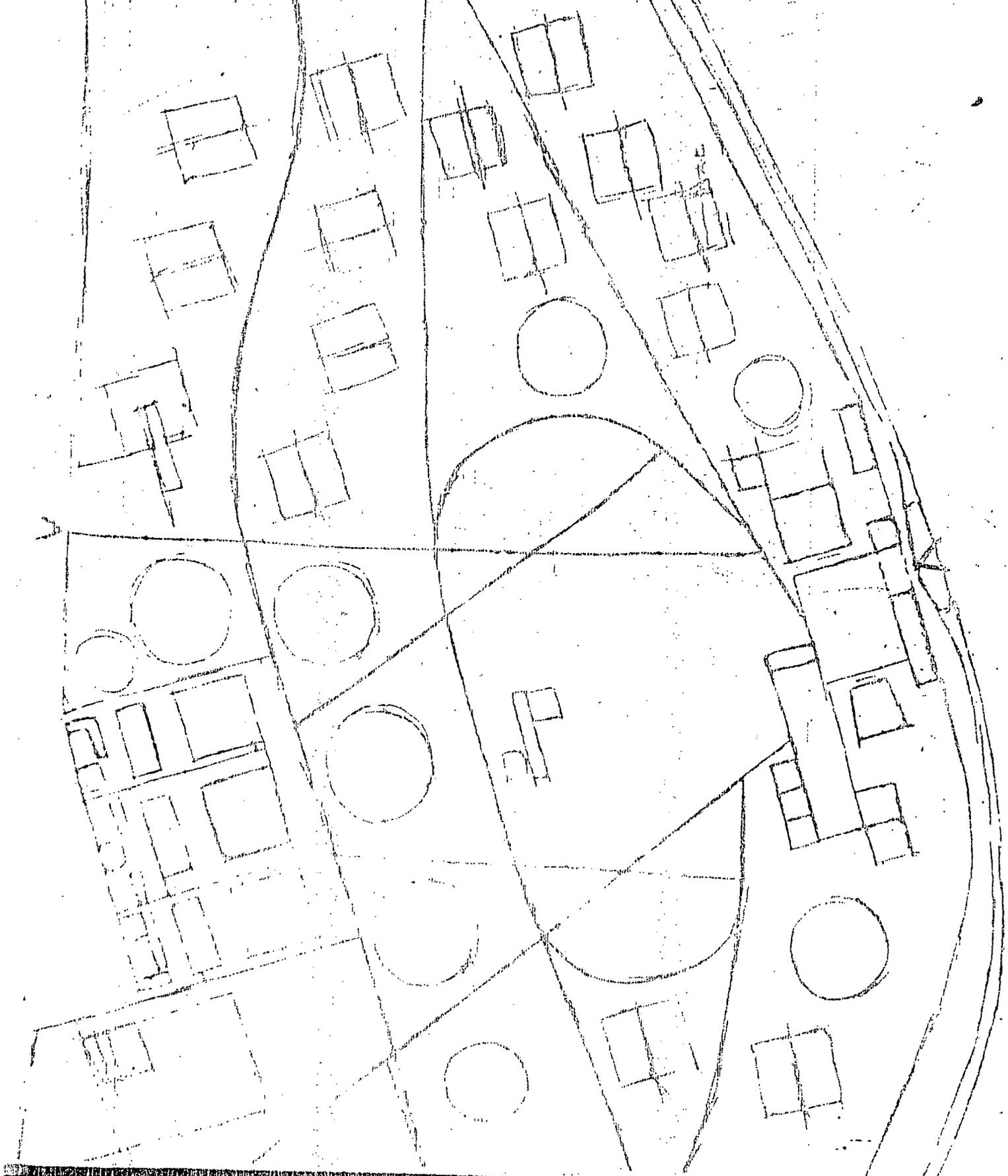


Papel e função da Universidade de Brasília na luta pelo desenvolvimento

nº 32, MARÇO 1963
REVISTA MODUR

Role and function of Brasília University
in the struggle for development





Professor Darcy Ribeiro, Reitor da Universidade de Brasília e Presidente da Fundação da Universidade de Brasília/Professor Darcy Ribeiro, Rector of Brasília University and President of the Brasília University Foundation

O amadurecimento cultural e científico das nações modernas processou-se, em larga medida, como reflexo de seu progresso material e do consequente enriquecimento, o qual propiciou condições para formar e manter amplos quadros de especialistas em todos os campos do saber. Entretanto, mesmo naqueles países pioneiros da industrialização, foram os progressos da técnica e da ciência que possibilitaram a renovação e inovação das atividades produtivas, daí resultando o desenvolvimento desses países. O progresso social se faz, portanto, mediante um processo de interação constante entre o saber e a técnica, de um lado, e as atividades produtivas, do outro, e em que cada campo, ao ganhar forças, as empresta ao outro, o que resulta no incremento simultâneo do parque produtivo e das instituições de ensino e de pesquisa. Para as nações que se industrializaram mais tardiamente, como o Brasil, não houve alternativa senão adotar os modelos criados pelas primeiras no campo da produção, do processamento das matérias-primas, nos hábitos de consumo e nas concepções do mundo a eles associadas, ou seja, os frutos de um saber e de uma técnica que jamais dominaram.

Assim, quando se libertam da dependência econômica imediata, pela produção local de artigos antes importados, essas nações caem numa nova dependência, esta de ordem cultural, mas igualmente compulsória. De importadores de produtos, passam a importadores de normas, de fórmulas, de assistência técnica, cujo custo atinge tão altas parcelas que, se pudesse ser economizado, permitiria contribuir largamente para a criação de um corpo nacional de tecnólogos.

Esse é um dos problemas capitais com que se defrontam os países como o Brasil. Se já não importam um sem-número de artigos, continuam dependentes da tecnologia estrangeira para a produção local dos mesmos e pagam essa dependência na forma de *knew-how* e *royalties* que pesam ponderavelmente em sua balança de pagamentos.

Mais grave, porém, é que esses procedimentos técnicos importados, desenvolvidos para matérias-primas diferentes ou atendendo a condições locais, uma vez transplantados não operam tão bem, onerando os custos ou conduzindo a uma produção de qualidade inferior, incapaz de competir nos mercados internacionais. Fábricas exportadas para a Alemanha e para o Japão, depois da última guerra, e simultaneamente para países subdesenvolvidos, cresceram vertiginosamente naqueles países, entrando em franca competição com suas matrizes nor-

te-americanas, enquanto que nestes últimos apenas obsoletaram. Não se trata de uma diferença de clima, mas do contingente nacional de mão-de-obra qualificada, do saber e da técnica efetivamente dominados e que permitiram aos alemães e japoneses modernizar os equipamentos, adaptá-los às condições em que operavam e, assim, mantê-los vivos, enquanto nos países subdesenvolvidos apenas entraram em desgaste.

Nos últimos anos, realizamos no Brasil grandes progressos materiais e muito acrescentamos à nossa autonomia ao nos tornarmos capazes de produzir automóveis, navios, penicilina, etc. Mas, com esta libertação, uma nova tarefa emancipadora se colocou à Nação: a independência cultural e técnica. Estaremos permanentemente atados aos países de onde importamos aquelas usinas e fábricas e os respectivos esquemas de operação, enquanto não criarmos uma tecnologia própria, dotada de criatividade, para ajustar os processos produtivos aos nossos materiais e aos nossos hábitos de consumo.

Educação primária e média

Desde a Independência, tivemos no Brasil um sistema educacional precário, mas capaz de atender às singelas necessidades de uma sociedade agrária, dividida por extremas distâncias e discriminações sociais. Havia escolas suficientes para educar em boas maneiras aos filhos-família e até para torná-los capazes de assimilar o patrimônio artístico e literário de outros povos. Formávamos número suficiente de amanuenses para mover a burocracia, de médicos para cuidar da saúde dos ricos, de engenheiros para construir-lhes as casas e de advogados para gerir-lhes os bens e dirimir suas contendas.

A sociedade baseava sua economia em técnicas produtivas rudimentares, transmitidas por tradição oral. O capataz da fazenda de café e o artesão podiam, mesmo analfabetos, integrar-se no sistema produtivo e manter suas famílias em nível de decência. A massa dos trabalhadores do eito, recém-liberta da condição servil, então, como hoje, formava um subproletariado miserável que, mesmo iletrado, cumpria bem as tarefas de bestas de carga, que só exigiam esforço físico.

Somente depois da revolução de 30, e como reflexo da introdução de uma tecnologia nova em certos setores produtivos e da dinamização política do País, o sistema nacional de educação começa a experimentar transformações democratizadoras; iniciou-se, então, uma redefinição dos objetivos da educação, que hoje se tornou imperativa. A escola primária foi invadida por uma

clientela nova, trazida à cidade por força do processo de urbanização. E como essa escola não estava material, técnica e ideologicamente preparada para acolher essa clientela nova, entrou em colapso e passou a degradar progressivamente os seus padrões de ensino. Primeiramente, vimos reduzir-se de seis para quatro os anos de estudo e, depois, as horas semanais de aula, até transformar-se a escola primária num sistema de simples alfabetização. Hoje, nem essa tarefa elementar ela consegue realizar para a totalidade de sua clientela, pois metade da nossa população de 7 a 14 anos, que monta a doze milhões de crianças, está ausente dos bancos escolares.

Mesmo nas cidades mais ricas, uma terça parte das crianças que consegue matricular-se permanece dois a três anos na escola sem passar da primeira e segunda séries e, ao fim, abandona os estudos, apenas sabendo desenhar o nome. Vale dizer que a escola primária, mesmo pública, não se ajustou ainda à nova clientela, está montada para receber crianças da classe média e só é capaz de servir e de interessar-se pelo chamado «menino de futuro», aquele que tem condições sociais de prosseguir os estudos.

O ensino de grau médio, apesar de haver experimentado grande expansão nas últimas décadas, apresenta deficiências qualitativas e quantitativas da maior gravidade. Apenas 12 de cada 100 jovens de 12 a 18 anos nêles conseguem ingressar. O mais grave, porém, é que menos de 20% dos que se matriculam concluem os cursos. Os demais desistem após alguns anos de estudos, encaminhando-se para o trabalho inteiramente despreparados para as tarefas da produção e para os serviços, em virtude do caráter predominantemente livresco do ensino ministrado, que simula preparar centenas de milhares de jovens para uma universidade que jamais os poderá acolher.

Nas condições presentes, só podem contribuir para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do Brasil os jovens das camadas mais abastadas, pois somente estes têm oportunidade de perfazer as etapas progressivas da educação primária até a superior. Nessas condições, não é com base em setenta milhões de brasileiros, nem mesmo na metade formada pelas populações urbanas, que estamos selecionando as mais capazes, e sim na estreita faixa dos que têm recursos suficientes para custear a educação dos filhos. Disso resulta que para o progresso das ciências, das letras e das artes e, o que é mais grave, para comandar a luta contra a ig-

norância e a penúria em que se encontram milhões de brasileiros, temos contado apenas com uma parcela de nossas forças, como se o Brasil fôsse uma nação de 15 ou 20 milhões de habitantes.

O grande desafio que se apresenta à nossa geração — o de tornar próspera uma nação de 70 milhões de habitantes, detentora de um dos maiores patrimônios mundiais de recursos naturais — é o pleno domínio e aplicação do saber e da técnica modernas mediante a criação de um sistema escolar capaz de preparar prontamente um grande contingente de trabalhadores altamente qualificados.

O ensino superior

Essa tarefa, que compete em larga medida às universidades, jamais poderá ser alcançada pela simples multiplicação do modelo de universidade com que contamos. Isso foi o que se tentou até agora, com a maior liberalidade, resultando fazer do Brasil um dos países que conta com maior número de «universidades» e, paradoxalmente, com menor número de oportunidades de educação superior e com a mais estreita faixa de modalidades de especialização tecnológica. Nossas universidades estruturaram-se todas depois de 1930. Mesmo as mais antigas são, portanto, bastante recentes para que delas se possa esperar um espírito renovador, liberto de tradições estreitas que lhes tolham o desenvolvimento e a criatividade. Apesar de tão jovens, porém, foram, até há pouco, das mais conservadoras, temendo até mesmo a palavra reforma e inquietando-se sempre que se refletia no Brasil o movimento de renovação do ensino superior, que constituiu uma das maiores preocupações intelectuais do século XX.

É muito provável que tamanha timidez se explique por não se ter libertado, ainda, a universidade brasileira, das escolas que a compõem e a dominam. Estas, contando realmente com uma tradição por vezes secular, a lhes tolher os passos, é que se encastelam na defesa da rotina e no temor à inovação, empobrecendo a vida universitária com sua estreiteza de vistas.

Assim, o primeiro óbice ao desenvolvimento da universidade brasileira decorre de que nossa verdadeira tradição de ensino superior é a das faculdades profissionais auto-suficientes, montadas para receber alunos graduados nos cursos médios e ministrarem-lhes formação numa dezena de carreiras, segundo normas rigidamente prescritas e sem apêlo a qualquer instituição integradora.

A universidade brasileira surgiu da simples reunião nominal destas esco-

las que, apesar de nela integradas, permanecem estanques, desconhecendo-se umas às outras, quando não hostilizando-se mutuamente. As constelações assim constituídas assumiram a forma de simples federações, em que as atividades comuns, propriamente universitárias, pouco ultrapassam de reuniões públicas, em colegiado, para tratar de problemas administrativos e de elaboração orçamentária, além dos ritos anuais de abertura e encerramento dos cursos. O traço mais característico destas federações é o erigido espírito de autonomia das escolas, que liquida qualquer tentativa de desenvolver programas comuns, somando forças e recursos de todas as unidades para a realização de planos de trabalho realmente universitários.

Esta universidade seccionada e dispersa é, evidentemente, incapaz de plasmar personalidades plenamente desenvolvidas, herdeiras da cultura humana em sua plenitude e aptas a dominar o saber, a arte e a técnica e colocá-los a serviço de um desenvolvimento social equilibrado.

Outro óbice institucional responsável pela crise e pelo atraso do ensino superior se encontra na própria estruturação universitária, com base na cátedra vitalícia e auto-suficiente, transformada em unidade autônoma e onipotente da universidade. Assim como as universidades brasileiras são aglomerados de escolas estanques, estas se reduzem a sistemas de cátedras independentes a se duplicarem escola-por-escola, obrigando à multiplicação de instalações, de equipamento, de bibliotecas e de pessoal docente, devotado às mesmas especialidades.

Como conseqüência desta concepção da cátedra, a universidade brasileira chega à situação paradoxal de ter pessoal em demasia para cada campo do saber, quando se considera o conjunto de seus docentes e se compara sua proporção professor-aluno com a de outros países, e, em contrapartida, pessoal de menos para qualquer empreendimento mais sério porque o professorado de cada especialidade está disperso por dezenas de escolas isoladas e é incapaz de qualquer esforço conjugado.

A Universidade do Brasil, tida como padrão nacional da estruturação do ensino superior, conta, por exemplo, com 18 cadeiras independentes de Matemática, 28 de Física, 39 de Química, 23 de Economia, sobre um total de 533 disciplinas mais ou menos autônomas. Aparentemente estes são números de que nos poderíamos orgulhar porque fariam boa figura em face do corpo docente de universidade de igual número de alunos dos países mais desenvolvidos. Ocorre, porém, que o ensino de Química, por exemplo, repetindo-se

distintas, não alcança em nenhuma delas um padrão acadêmico aceitável. Cada uma dessas cátedras pleiteia instalações, equipamentos, biblioteca e pessoal auxiliar próprios, onerando o custo do ensino e conduzindo à inevitável subutilização dos recursos didáticos.

Esta estreita concepção de cátedra é, ainda, uma das principais causas das dificuldades com que se defrontam nossas melhores escolas — as poucas que são dotadas de instalações adequadas e servidas por pessoal docente qualificado — para ampliar as matrículas, atendendo ao anseio da juventude por mais amplas oportunidades de educação.

A Universidade de Brasília

A crise das instituições brasileiras de ensino superior se vem manifestando há anos, através de sucessivas greves estudantis, que exprimem, essencialmente, o descontentamento dos alunos com o ensino que lhes é ministrado e, também, através dos protestos de muitos professores e cientistas, que vêm frustrados seus esforços para imprimir novos rumos às instituições de ensino e de pesquisas.

É alentador assinalar que os melhores professores e pesquisadores das universidades, bem como os estudantes, alcançaram já uma vívida consciência da inadequação desta falsa estrutura universitária às necessidades do desenvolvimento econômico, social, científico e cultural do País e clamam por uma reforma que não pode mais tardar sem graves prejuízos para o Brasil. No passado, estes problemas eram tratados no recesso dos colegiados universitários; agora, eles alcançam a imprensa, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e processam-se diante da opinião pública.

A divulgação do projeto da Universidade de Brasília, modelada em bases inovadoras, permitindo contrapor uma organização autenticamente universitária à estrutura obsoleta do nosso ensino superior, conduziu a crise a uma nova fase, em que as simples agitações estudantis e o esforço isolado de uns poucos professores deram lugar ao estudo, à formulação de caminhos para a reforma e à luta para elevar nossas universidades aos padrões internacionais de ensino e de pesquisas e para ajustá-las às necessidades nacionais de formação de técnicos, estudiosos, pesquisadores e profissionais em todos os campos do saber.

O projeto de lei que instituiu a Universidade de Brasília foi elaborado visando, como objetivo mais alto, conduzir as universidades brasileiras, mediante a implantação de um modelo

novo de organização universitária, à adoção das reformas estruturais reclamadas há anos, com o propósito de adaptá-las às necessidades de formação de cientistas e tecnólogos para atender aos imperativos do desenvolvimento nacional.

A organização da Universidade de Brasília se baseia na integração de três modalidades de órgãos: Os Institutos Centrais, as Faculdades e as Unidades Complementares.

Aos Institutos Centrais compete ministrar:

1) cursos introdutórios de quatro semestres para todos os alunos da Universidade, a fim de lhes dar preparo intelectual e técnico-científico básico para seguir os cursos profissionais nas faculdades;

2) cursos de bacharelado de mais dois semestres em qualquer disciplina departamental para os alunos que desejam seguir estudos especializados ou dedicar-se à carreira do magistério;

3) cursos de graduação científica de mais 4 semestres, após o bacharelado, para os estudantes que revelam maior aptidão para pesquisas e estudos originais e queiram obter o grau de mestre;

4) programas de estudos pós-graduados de mais quatro semestres, após a licença, para os candidatos ao doutoramento. Funcionarão, portanto, em quatro níveis: o básico (4 semestres), que pode estender-se até o bacharelado (6 se-

mestres); o de mestrado (10 semestres) e o de pós-graduação ao nível de doutoramento (14 semestres).

As faculdades receberão, pois, alunos já preparados nos dois anos de cursos introdutórios e ministrar-lhes-ão treinamento especializado tendo em vista o exercício de uma profissão. A diplomação nas carreiras tradicionais far-se-á após cursos que, somados aos dos institutos, perfaçam o mínimo de anos de estudo exigido pela legislação do ensino para cada tipo de formação superior.

O Plano Orientador da Universidade prevê a criação, até 1964, de oito Institutos Centrais, a saber: Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes, que poderão ser desmembrados mais tarde e a sua complementação, em 1966, com seis Faculdades, quais sejam: Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Ciências Agrárias, Faculdade de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Educação. Os Institutos Centrais e as Faculdades se dividirão em Departamentos. Estes constituirão as unidades básicas de trabalho docente, de pesquisa e de assessoramento da Universidade, onde se reunirão os assistentes, os professores assistentes, os professores associados e os professores titulares, coletivamente responsáveis pelas atividades de ensino e pesquisa em cada especialidade.

As principais vantagens desse sistema em relação ao regime vigente de escolas autônomas e de cátedras independentes consistem em:

Cursos ministrados pelos Institutos Centrais

Anos	Semestres	Cursos	Diplomas		
7	14	Doutorado	Doutor		
	13				
6	12		Formação		
	11				
5	10				Mestre
	9				
4	8	Básico			
	7				
3	6		Bacharel		
	5				
2	4				
	3				
1	2				
	1				

evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos. Assim, um único Instituto Central de Química, Física ou Biologia pode ser melhor equipado e ter seus recursos melhor utilizados do que vários pequenos laboratórios, bibliotecas e equipes dispersas pelas faculdades cujos alunos requerem formação básica nesses campos;

2
adiar para dois anos após o ingresso na universidade a opção definitiva do aluno pela carreira, de modo a dar-lhe oportunidade de decidir-se quando mais amadurecido e melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia dedicar;

3
proporcionar modalidades novas de formação científica e de especialização profissional que o nosso sistema atual não pode ministrar e, graças a esta flexibilidade, atender aos reclamos de qualquer nova modalidade de formação tecnológica por parte do mercado de trabalho, mediante a combinação de certos tipos de formação básica com linhas especiais de treinamento profissional;

4
selecionar melhor os futuros quadros científicos e culturais do País, porque, ao invés de fazer-se esta seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o curso secundário, se decidem por tal orientação, far-se-á dentre todos os estudantes que frequentam os Institutos Centrais e aí revelem especial aptidão para a pesquisa fundamental;

5
ensejar uma integração mais completa da Universidade com os setores produtivos que deverão empregar os técnicos que ela formar.

Assinale-se, ainda, que essa estrutura dará oportunidade de constituir-se um verdadeiro campus universitário. Quando estiverem em funcionamento os diversos Institutos Centrais, tôdas as Faculdades e Unidades Complementares, alunos e professores viverão numa comunidade efetivamente universitária. O estudante de Medicina fará sua formação científica básica junto com o de Engenharia, por exemplo, nos mesmos Institutos Centrais; residirá na mesma casa com colegas que seguem os mais diversos cursos e freqüentará os centros recreativos e culturais comuns a tôda a Universidade.

Institutos e Faculdades

Os Institutos Centrais de Matemática, Física e Química ministrarão o ensino destas ciências a todos os alunos da Universidade, na expectativa de encaminhar 80% a cursos profissionais, 15% à carreira do magistério secundário, biblioteconomia, documentação

e campos conexos e 5% à formação científica e tecnológica até o nível de doutoramento, visando formar pesquisadores e professores de nível universitário. A biblioteca e o equipamento básico desses Institutos será em grande parte comum.

A êles se encaminharão os candidatos a quaisquer dos ramos especializados da Engenharia para ali fazerem seus estudos básicos. Ao fim de dois anos, segundo o interesse que manifestarem e o aproveitamento que revelarem, poderão optar por dois caminhos: Prosseguir por um ano mais em um dos Institutos para alcançar o Bacharelado, ou dirigir-se para a Faculdade de Tecnologia a fim de completar, num curso estritamente profissional de três anos, a sua formação como engenheiros de diversas especialidades.

Aos bacharéis por quaisquer desses três Institutos, que revelarem especial talento para a pesquisa, se oferecerá a oportunidade de prosseguir nos estudos, por dois anos mais, a fim de graduarem-se como pesquisadores no respectivo campo, sendo facultado continuar os estudos até o doutoramento àqueles que aspirarem à carreira universitária ou desejarem a especialização como pesquisadores.

O grau de bacharel dá ao estudante o ensejo de encaminhar-se a duas outras escolas profissionais: a Faculdade de Educação, para os que desejarem licenciar-se como professores de nível médio de Matemática, Física ou Química, ou à Faculdade de Biblioteconomia, para os que quiserem graduarem-se como bibliotecários especializados em ciências exatas.

Quanto ao Instituto Central de Física Pura e Aplicada, cuja organização foi entregue ao professor José Lito Lopes, estão adiantados os entendimentos com o Fundo Especial da ONU para o financiamento do programa de preparo do pessoal docente e aquisição do necessário aparelhamento de laboratório, biblioteca, etc, em colaboração com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

O programa do Instituto Central de Física Pura e Aplicada inclui os núcleos iniciais da Faculdade de Tecnologia, notadamente no campo de Eletricidade, Eletrônica e Mecânica, de modo a oferecer aos estudantes candidatos à Engenharia o necessário treinamento prático e a oportunidade de revelar aptidões específicas, que não poderão ser avaliadas se o ensino se circunscrever aos estudos científicos fundamentais, sem qualquer preocupação tecnológica. Em obediência ao princípio de não duplicação, que presidiu a todo o planejamento da Universidade de Brasília, esses núcleos deverão desenvolver-se para se capacita-

rem, no futuro, a dar não somente cursos introdutórios, mas, também, o treinamento profissional de nível médio e formação completa para engenheiros nos respectivos campos de especialização.

O plano de implantação do Instituto Central de Química, cujo coordenador é o professor Jacques Danon, prevê uma associação por 10 anos com o Departamento de Química da Universidade de Indiana, sob cujo patrocínio os diversos Departamentos seriam projetados e postos em funcionamento de modo a criar na América Latina um centro capaz de ministrar cursos do mais alto padrão e levar a efeito projetos de pesquisas nos diversos setores da Química.

O Instituto Central de Matemática, cujo planejamento e implantação está entregue à coordenação do professor Leopoldo Nachbin e à equipe do Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Conselho Nacional de Pesquisas, deverá contar com um computador eletrônico de alta capacidade, que servirá aos programas de pesquisas dos diversos órgãos da Universidade e proporcionará assistência, em problemas pertinentes, aos órgãos do poder público.

A Faculdade de Tecnologia, vinculada a êsses Institutos, dividida em escolas de Engenharia Mecânica, de Engenharia Elétrica e Eletrônica, de Construção Civil, de Engenharia Metalúrgica, de Geologia e Mineralogia, de Produção Industrial e de Engenharia Química, deverá constituir-se como a principal unidade universitária. Receberá, como as demais escolas, alunos egres- sos dos Institutos Centrais ou com formação básica em outras universidades, tendo em vista prepará-los para as atividades produtivas e para a pesquisa aplicada. Formará as modalidades correntes de engenheiros e outras, segundo recomendações dos setores produtivos interessados em mão-de-obra com qualificação específica. Para alcançar êste objetivo, os cursos dividir-se-ão em períodos de estudos nas Escolas Tecnológicas e períodos de treinamento na indústria. Além dos engenheiros com currículo completo da Universidade, poderão ser formados técnicos em Engenharia que ingressarão diretamente nas Escolas para completar formação prática ou teórica obtida alhures.

Ao Instituto Central de Biologia, cuja coordenação foi confiada ao professor Maurício Rocha e Silva, compete dar os cursos de formação básica para as diversas carreiras do campo da Medicina, da Agronomia, da Veterinária, da Tecnologia Florestal e da Tecnologia Alimentar, bem como para a formação do professor de ciências naturais de nível médio e, ainda, de bi-

bibliotecário especializado nesse ramo do saber.

Do conjunto de alunos dos cursos introdutórios àquelas várias carreiras que serão selecionados, pelo talento que revelarem para a pesquisa científica, os futuros biólogos sobre os quais a Universidade investirá, tendo em vista formar cientistas e tecnólogos de alta qualificação. Esses, após o bacharelado, estudarão dois anos mais para graduarem-se em um dos ramos básicos da Biologia, tendo a possibilidade de prosseguir os estudos até o doutoramento.

Dentro desse esquema, a formação profissional nas várias carreiras que têm base nas ciências biológicas, poderá diversificar-se em dezenas de modalidades, ao invés de enquadrar-se nos estreitos limites dos currículos escolares ministrados até agora nas universidades brasileiras. Assim, a muitos jovens se apresentará a oportunidade de se realizarem profissionalmente como farmacologistas, bioquímicos, geneticistas ou naturalistas, dentre vários outros tipos possíveis de carreira, sem a necessidade de se fazerem médicos ou veterinários e só acidentalmente virem a especializar-se nesses ramos, como vem acontecendo.

O setor de Ciências Médicas, compreendendo a Medicina, a Farmácia, a Odontologia, a Higiene e a Enfermagem, é daqueles em que alcançamos, no Brasil, maior nível técnico-científico e mais alto grau de profissionalização. Apesar disso, raras vezes se ofereceu a oportunidade de reestruturá-lo em bases melhor ajustadas às condições e às necessidades brasileiras como a que se apresenta, agora, na Universidade de Brasília. A experiência das nossas melhores escolas recomenda a estruturação desta universidade em Departamentos especializados cada um dos quais capaz de dar formação básica ao médico comum e de abrir perspectivas de especialização para os que desejem dedicar-se a um ramo das ciências médicas.

A Faculdade de Ciências Agrárias, compreendendo as Escolas de Agronomia, de Tecnologia Florestal, de Veterinária e Zootecnia e com apoio em um Centro de Experimentação da Tecnologia do «Cerrado», deverá ser estruturada em bases inteiramente novas, em vista do fracasso do padrão tradicional que se tem revelado pouco capaz de atrair estudantes, apesar de sua extraordinária importância econômica. O que se recomenda, nesse campo, à Universidade de Brasília, é criar núcleos de pesquisas e experimentação capazes de desenvolver bases tecnológicas para a ocupação econômica do Centro-Oeste e da Amazônia. Para isto deveria desenvolver, de preferência, a formação de especialistas alta-

mente qualificados para a pesquisa e a assistência técnica naquelas áreas, além de tecnólogos para o estudo dos nossos principais ramos de produção agrônoma, florestal e pastoril.

O Instituto Central de Geo-Ciências foi planejado com o objetivo de formar os cientistas e os tecnólogos indispensáveis para o levantamento, a avaliação e o planejamento da exploração industrial do imenso patrimônio de recursos naturais de que somos detentores.

A prospecção das reservas minerais, a avaliação de sua possança e o planejamento da exploração racional de cada tipo de recurso natural, desde o carvão, o xisto, o petróleo, até os vários tipos de minérios ferrosos e não ferrosos, bem como o levantamento pedológico das diversas formações do solo, com vistas à exploração agrária, só poderão ser efetuadas mediante a formação de especialistas da mais alta qualificação científica e tecnológica, bem como de profissionais que, conduzidos pelos primeiros, formem o contingente tecnológico para esta enorme tarefa.

Para fazer face a essa demanda de especialistas, dentro do princípio estrutural da Universidade de Brasília, que é a não duplicação de cursos, laboratórios e outros recursos de ensino e de pesquisa, foi programado o Instituto Central de Geo-Ciências, unificando campos até agora dispersos em várias linhas de formação profissional e instituindo cursos jamais tentados em nossas Universidades.

Os alunos que ingressarem no Instituto de Geo-Ciências, após dois anos de estudos básicos, durante os quais deverão obter créditos em matérias ministradas nos Institutos de Matemática, Física e Química, poderão matricular-se na Faculdade de Tecnologia para se graduarem como engenheiros geólogos, engenheiros de minas, geólogos de petróleo e modalidades afins de formação técnico-profissional.

Os bacharéis pelo Instituto de Geo-Ciências, mediante obtenção de «créditos» no Instituto Central de Ciências Humanas, poderão encaminhar-se à Faculdade de Educação para graduarem-se como professores secundários de Geografia ou para a formação como bibliotecários especializados nesse campo.

Aos nossos bacharéis se ensinará o prosseguimento dos estudos no próprio Instituto com vistas à graduação ou ao doutoramento em Geografia, Geologia, Geofísica, Geoquímica, Paleontologia, Pedologia e Meteorologia.

Para a implantação desse Instituto necessitará a Universidade de Brasília contar com o apoio decisivo de grandes empresas que exercem atividades nesse campo. A Universidade apelará

também para o Fundo Especial, a FAO e outras agências das Nações Unidas com o objetivo de obter assistência para o planejamento do Instituto Central de Geo-Ciências e para o financiamento dos seus programas de pesquisas e de ensino.

O Instituto Central de Ciências Humanas, abrangendo a vasta área das Ciências Sociais, da História e da Filosofia, deverá ministrar os cursos introdutórios para as carreiras de Direito, Ciências Administrativas, Economia e Diplomacia. A ele caberá conceder também o bacharelado indispensável para o ingresso na Faculdade de Educação, para a licenciatura dos professores de nível médio, especializados em Ciências Sociais e na Faculdade de Biblioteconomia, para formação de bibliotecários devotados ao mesmo campo.

Sobre o grande número de alunos que aspiram seguir essas carreiras e que obrigatoriamente freqüentarão seus cursos introdutórios, o Instituto selecionará os talentos mais assinalados para a graduação e o doutoramento nos departamentos de Antropologia, Sociologia, Economia, Psicologia, Ciência Política, História, Filosofia e Demografia.

Dada a amplitude de alguns desses campos, é de prever que alguns deles muito cedo experimentem grande expansão. É o caso do departamento de Antropologia que, em associação com o Museu da Civilização Brasileira e com o Centro de Estudos das Línguas e Culturas Indígenas — este último mantido através do convênio com o Summer Institute of Linguistics — deverá contar com amplos recursos para enfrentar o seu programa de trabalho.

O mesmo deve ocorrer, em escala ainda maior, com os Departamentos de Economia, Sociologia e Demografia, cujo pessoal servirá no Centro de Estudos do Desenvolvimento Nacional, uma vez que este, como órgão de assessoramento dos poderes públicos, deverá desempenhar papel decisivo neste momento em que a Nação se esforça por substituir o espontaneísmo errático até agora vigente na ação governamental, por formas mais altas de atuação, fundamentadas em planos formulados e executados com o mais alto rigor técnico.

A preocupação da Universidade de Brasília por bem cumprir suas funções de assessoramento deverá levá-la a emprestar o maior zelo na organização do Centro de Estudos Internacionais vinculado à Escola de Diplomacia, bem como no planejamento e implantação do Centro de Estudos Administrativos.

O grupo de Escolas vinculadas a esse instituto, reunidos na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, formarão os

quadros para a administração pública e a diplomacia e ministrarão cursos especiais, como, por exemplo, o de superintendente municipal. As Escolas de Direito, de Administração e Finanças e a Escola de Economia Aplicada darão as modalidades tradicionais de cursos e especializações novas, segundo as exigências do mercado do trabalho.

O ensino de letras na Universidade de Brasília ficará a cargo do Instituto Central de Letras, que funcionará conjuntamente com Unidades Complementares, como as Casas Nacionais da Língua e da Cultura.

O núcleo fundamental do Instituto será constituído pelo setor de estudos e pesquisas das Letras Brasileiras, a ser integrado por departamentos de Lingüística, Filologia, Teoria Literária, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa.

As Casas Nacionais da Língua e da Cultura cumprirá ministrar cursos instrumentais de domínio das respectivas línguas para a população universitária e cursos avançados da língua e literatura para a formação de professores de ensino médio, bem como cursos de aperfeiçoamento do magistério em exercício no Brasil.

Isto significa que a Universidade de Brasília não manterá, ela própria, cursos de quaisquer línguas vivas, mas simplesmente supervisionará e reconhecerá os diplomas de suficiência atribuídos por universidades estrangeiras representadas pelas Casas Nacionais. Assim, por exemplo, um aluno graduado pela Casa da Língua e da Cultura Francesa, com diploma da Universidade de Nancy, tendo seu título reconhecido, poderá encaminhar-se para a Faculdade de Educação e, ao fim de dois anos de estudo, licenciar-se como professor de nível médio de língua e literatura francesa. O mesmo tipo de formação será dado aos professores das demais línguas.

Os cursos básicos do Instituto de Letras, após o 2º e o 3º anos, se desdobrarão em três ramos profissionais específicos, voltados para a formação do bibliotecário especializado em letras brasileiras ou em línguas e literaturas estrangeiras ou clássicas, do radialista e do redator do jornal, rádio e televisão. Concentrará, todavia, seus recursos na formação do professor de língua e literatura vernácula, de modo a assegurar-lhe o completo domínio da expressão literária, fazendo-o, ao mesmo tempo, conhecedor profundo das obras básicas da nossa literatura. Terá, ainda, condições de orientar esses estudos, bem como a pesquisa e o ensino da lingüística e da filologia dentro de um alto padrão, de modo a poder levar seus alunos até o nível de doutoramento.

Ao Instituto Central de Letras estará vinculado o Centro de Estudos das Civilizações Clássicas, que ministrará o ensino da língua e da cultura grega e latina; o Centro de Estudos do Português do Brasil, destinado a proceder ao levantamento, documentação, análise e interpretação das formas assumidas pela língua no território nacional; e, ao Departamento de Lingüística Comparada, o Centro de Estudos das Línguas e Culturas Indígenas, articulado também com o Departamento de Antropologia do Instituto Central de Ciências Humanas e com o Museu da Civilização Brasileira.

A Universidade de Brasília procurará orientar o seu Instituto Central de Artes para a função fundamental de dar a toda a comunidade universitária e à população de Brasília oportunidades de experiência e de apreciação artística. Assim, espera a Universidade tornar-se capaz de despertar vocações e incentivar a criatividade e, sobretudo, formar platéias esclarecidas, que se façam efetivamente herdeiros do patrimônio artístico da humanidade.

Em lugar de montar complexos currículos com a pretensão de formar pintores, musicistas e artistas criadores em outros ramos, a Universidade se empenhará por trazer ao convívio no seu campus grandes artistas nacionais e estrangeiros para programas informais de aprimoramento de jovens artistas, selecionados pelo vigor e originalidade revelados em estudos básicos realizados em qualquer centro de formação artística.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que compreenderá a Escola de Arquitetura, a Escola de Tecnologia de Construção, a Escola de Representação e Expressão Plástica e a Escola de Artes Gráficas, preencherá as funções hoje exercidas pelas Escolas de Belas Artes e de Arquitetura e manterá currículos especializados de desenho industrial, arte do livro, artes gráficas, cinema, teatro, televisão, propaganda, empenhando-se, bem assim, na formação dos especialistas no uso dos meios audiovisuais de difusão cultural e de educação.

Na formação do professorado de nível médio, a Universidade de Brasília, em lugar de reproduzir o modelo das Faculdades de Filosofia, decidiu empreender a criação de um padrão novo, capaz de atender de forma integrada a todo o problema da formação do magistério, da especialização e do aperfeiçoamento das várias modalidades de profissionais exigidas para o desenvolvimento educacional do País. Esse modelo novo será a Faculdade de Educação que, em associação com os Institutos Centrais de Ciências, Letras e Artes, deverá representar para a educação o mesmo papel que, no

campo da saúde, representam as Faculdades de Medicina com os seus hospitais de clínicas. Será integrada por um sistema de órgãos destinados a tratar, em toda a sua complexidade, os diferentes problemas do preparo profissional de novos mestres, de contribuir para o aperfeiçoamento do magistério existente e para a formação de especialistas em administração escolar, seleção e orientação, currículos e programas, testes e medidas, supervisão, experimentação e planejamento educacional.

A Faculdade de Educação compreenderá a Escola Normal Superior, a Escola de Educação e o Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional.

A Escola Normal Superior, destinada a ministrar cursos de formação para o magistério primário em nível universitário, receberá alunos com curso médio completo para ministrar-lhes três anos mais de curso e treinamento em serviço, a fim de formá-los como professores primários especializados, ou administradores escolares. Para alcançar esse objetivo, a Escola Normal Superior deverá contar com um conjunto de centros experimentais e escolas de demonstração de nível pré-primário, primário e complementar, em que o aluno-mestre tenha oportunidade de estagiar como interno praticando a sua arte, e estudando-lhe os aspectos teóricos, técnicos e de conteúdo.

Com base nesses núcleos de experimentação e demonstração, a Escola Normal Superior poderá, não apenas formar o magistério na quantidade e da qualificação necessária para atender ao Distrito Federal, mas poderá ministrar também cursos intensivos de aperfeiçoamento para professores e cursos de formação de especialistas para os outros Estados da União mediante convênio com o Ministério da Educação e Cultura. Para o treinamento em serviço, a Escola Normal Superior contará, ainda, com um sistema de credenciação que permitirá utilizar a rede primária urbana e rural de Brasília em suas virtualidades educativas. O professor de nível médio para os cursos ginásial, colegial, técnico e normal será preparado na Escola de Educação que substituirá, nesta função, na Universidade de Brasília, as Faculdades de Filosofia. Seu treinamento se fará através de estágios de aprendizado em classes regidas por professores-mestres, com ajuda de especialistas em educação, currículos e programas, combinado com um regime de seminários sobre os problemas teóricos e práticos do ensino e com cursos especiais nos Departamentos de Psicologia, Sociologia e outros dos Institutos Centrais.

Para exercer essas funções a Escola de Educação deverá contar com um

núcleo de demonstração e experimentação que será o Centro Integrado de Ensino Médio.

Terão ingresso na Escola de Educação alguns bacharelados pelos Institutos Centrais da Universidade de Brasília em ciências físico-químicas, em biologia, geo-ciências, ciências humanas, em letras e artes, para obter, em dois anos mais de estudos e treinamento em serviço, a formação profissional indispensável para o exercício do magistério de nível médio.

A Escola de Educação admitirá, também, a matrícula de bacharéis ou licenciados pelas Faculdades de Filosofia e de professores graduados pela Escola Normal Superior e manterá programas especiais destinados ao aperfeiçoamento e especialização do magistério em exercício.

Funcionará em estreita vinculação com a Faculdade de Educação, o Centro de Teledifusão Educativa da UNB, que controlará uma estação de rádio e um canal de televisão. Esses órgãos se devotarão especialmente ao aperfeiçoamento do magistério através de cursos pelo rádio, pela televisão e por correspondência, combinados com o sistema de bolsas para estágios na Universidade para os melhores alunos. Com apoio no núcleo de elaboração de material audiovisual, serão preparados, em vídeo-tape e em filmes, cursos completos das disciplinas obrigatórias do ensino médio. Esse material estará à disposição das redes nacionais de televisão que os queiram utilizar mediante convênios com a Faculdade de Educação e, na forma de filmes, poderão ser obtidos nos ginásios e colégios, e como recurso adicional para elevar o nível do ensino básico.

O Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional e o Centro de Experimentação Educacional funcionarão como órgãos complementares da Faculdade de Educação. Disporão dos serviços comuns de documentação e informação e contarão com equipes devotadas à pesquisa dos fatores sócio-estruturais, culturais e econômicos que influem no desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

O Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional será criado mediante convênio da Universidade de Brasília com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e estruturado administrativamente como os Centros que funcionam em São Paulo e no Rio Grande do Sul, integrados nas respectivas universidades.

O núcleo principal do Centro será a Coordenação de Planejamento, devotada ao: levantamento dos sistemas estaduais de ensino; estudo dos custos da educação e avaliação dos recursos mobilizáveis para financiar o ensino em todos os níveis; estudo da força de

trabalho e previsão das necessidades nacionais de mão-de-obra; síntese dos conhecimentos já alcançados em estudos de todos os tipos sobre a situação educacional brasileira.

Assim constituído, o Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional representará o principal esforço da Universidade de Brasília no sentido de contribuir para o equacionamento e a solução dos nossos problemas educacionais e um passo decisivo para a plena adoção das técnicas do planejamento educacional como norma básica de ação educacional do Governo.

Unidades Complementares

A Universidade de Brasília deverá manter também um corpo de Unidades Complementares destinadas a funcionar supletivamente como centros de extensão para a cidade e para o País. Tais serão:

1
A **Aula Magna**, grande auditório montado para atender às necessidades da Universidade e da Capital Federal, dotado dos recursos audiovisuais que possibilitem a realização de reuniões e congressos internacionais. Contando com a Aula Magna e com os recursos de hospedagem que a Universidade poderá proporcionar nos períodos de férias, Brasília far-se-á um dos principais centros latino-americanos de conferências internacionais.

2
A **Biblioteca Central**, que coordenará uma unidade principal com obras gerais e de referência, serviços de documentação e intercâmbio científico e cultural e dezesseis bibliotecas especializadas, sediadas nos Institutos Centrais e nos conjuntos de faculdades afins. O acervo básico destas bibliotecas deverá montar a um milhão de obras, representando um dos principais investimentos da Universidade e aquele para cuja constituição mais se necessitará apelar para a ajuda de instituições estrangeiras e internacionais. Na Biblioteca Central funcionará a Faculdade de Biblioteconomia, montada para receber alunos bacharelados pelos Institutos Centrais e especializá-los na biblioteconomia e documentação nos respectivos campos de especialidade.

3
O **Centro de Teledifusão Educativa**, que, além dos objetivos locais de difusão cultural, deverá especializar-se em cursos por correspondência, rádio e teledifusão, para aperfeiçoamento do magistério de nível médio.

4
A **Editôra Universidade de Brasília**, destinada a traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis em

vernáculo e, sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior e a produção científica e literária da própria Universidade. Seu programa editorial procurará acompanhar, passo a passo, as atividades dos Institutos Centrais e Faculdades, que compõem a UNB e os seus escritórios, estúdios e oficinas servirão como centro de atividade prática e treinamento para os alunos dos cursos de artes gráficas e da arte de livro, a serem ministrados no Instituto Central de Artes.

5

O **Museum**, que compreenderá o Museu da Ciência e da Técnica e o Museu da Civilização Brasileira. Este último com o objetivo de vincular Brasília às nossas tradições históricas e artísticas e dar aos moradores da nova capital e aos visitantes que a procurarem uma visão do nosso esforço secular para criar uma civilização. Dará, também, cursos de museologia.

A Universidade aspira, ainda, abrigar no seu campus uma série de unidades complementares de estudo e de pesquisas mediante convênio com instituições do mais alto padrão acadêmico. Dentre essas se destacará o Instituto de Teologia Católica, cuja organização e manutenção ficará a cargo da Ordem Dominicana do Brasil que, em colaboração com seus ramos europeus, poderá organizar-se para dar cursos de formação e especialização nesse campo, dentro do mais alto nível universitário, até o grau de doutoramento.

Alunos de todo o Brasil

Nenhuma das grandes universidades do mundo tem caráter local, no sentido de atender apenas ou principalmente à juventude da cidade onde está instalada. Todas elas foram organizadas para servir a uma população muito maior e o seu prestígio é medido exatamente pela capacidade de atrair estudantes de outras regiões do país e do estrangeiro.

Também a Universidade de Brasília não poderá ter caráter local, mesmo porque deverá contribuir para uma das destinações mais nobres da nova capital que é sua função integradora da vida brasileira.

Ela deverá estar aberta a toda a juventude do País, tanto para os cursos básicos quanto e, sobretudo, para os cursos de especialização, em nível pós-graduado, que o nosso desenvolvimento requer imperiosamente.

Os alunos da Universidade de Brasília serão selecionados em todo o País, através de concurso, mas assegurando-se a cada unidade da Federação uma quota preferencial de matrículas.

Como os alunos vindos dos Estados residirão necessariamente na Universidade, deverão contar com bolsas que

...ram todos os seus gastos com estudos e manutenção. Para isto a União deverá custear certo número de bolsas de valor igual à despesa aluno-ano da Universidade. Outras bolsas poderão ser custeadas por Estados, Municípios e por empresas privadas, estas últimas podendo ser para tipos particulares de formação em que estejam interessadas. Admite-se, também, que certo número de vagas possa ser reservado para alunos em condições de pagar os próprios estudos.

O custeio dos alunos latino-americanos far-se-á com bolsas parciais do governo brasileiro e dos países de origem, mas deverá apelar-se para a OEA e para entidades intercontinentais semelhantes, com o objetivo de ampliar este serviço.

A relação professor-aluno em nosso ensino superior é, em média, de um docente para 4,7 estudantes. A Universidade de Brasília, adotando o regime de dedicação exclusiva para professores regulares, poderá tomar, como termo médio, a proporção de um docente para seis alunos, que permite distribuir as tarefas de modo que cada professor tenha um encargo máximo de 10 horas de aula em 40 horas semanais de trabalho. Neste caso, calculando-se sempre em termo médio, temos para 2 500 alunos, em 1964, a necessidade de um mínimo de 416 docentes, e, para 1970, quando a matrícula ascender a 15 000 alunos regulares, cerca de 2 500 professores. Este dado aproximativo permite avaliar o vulto da tarefa de selecionar e aperfeiçoar tão grande número de professores em um país carente de pessoal qualificado como o nosso.

Planejamento e administração da Universidade

Uma instituição planejada para funcionar em moldes pioneiros, como a Universidade de Brasília, não poderia ser estruturada na forma de autarquia, como ocorre com as universidades brasileiras. O que se recomendava e foi consagrado na lei que a instituiu era a estrutura de Fundação, porque só esta poderia assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos.

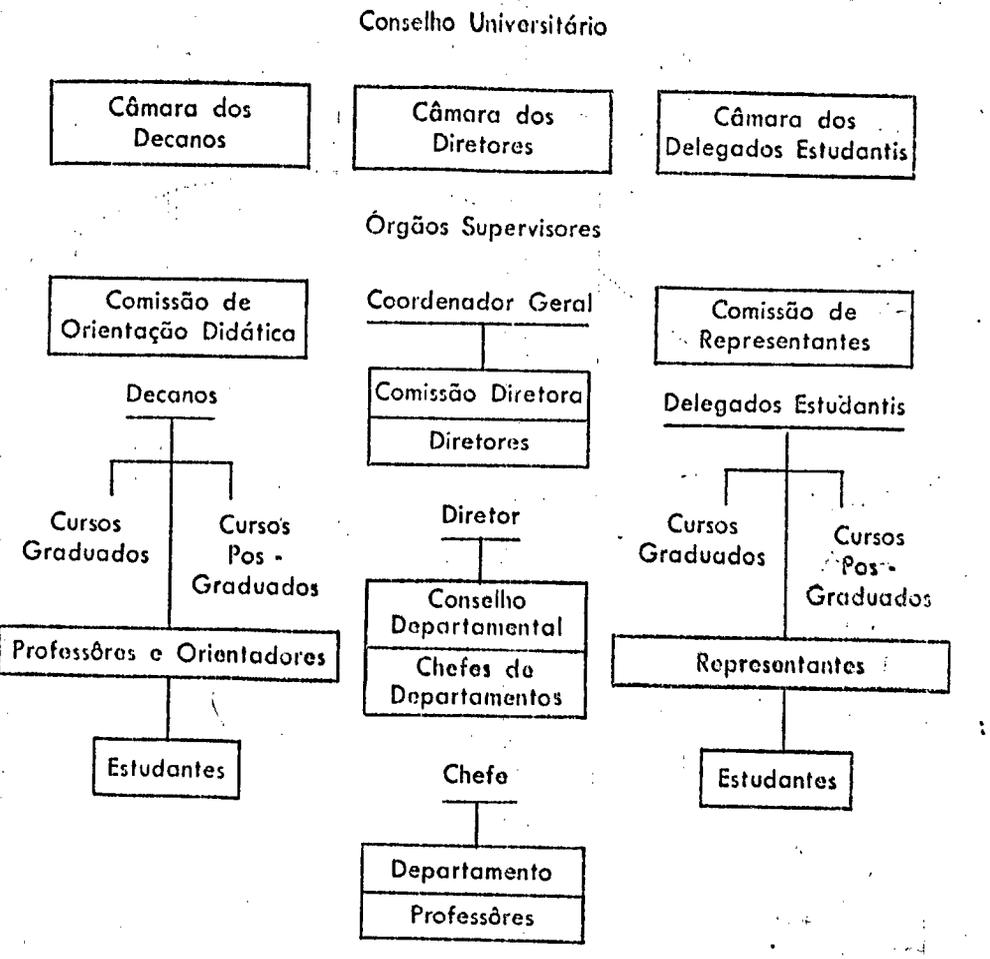
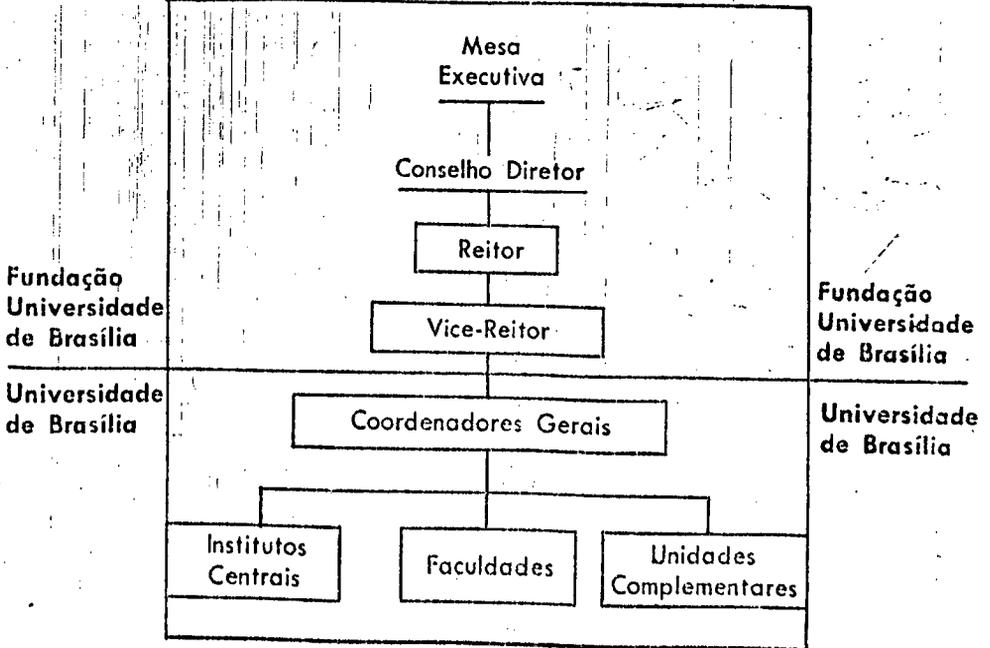
A unidade básica de trabalho docente, de pesquisa e de assessoramento na Universidade é o Departamento, que na nova estrutura substitui a cátedra. Integrados administrativamente em cada unidade universitária, os Departamentos prestam serviços docentes e de pesquisa a toda a Universidade e exercem suas atividades junto aos estudantes de qualquer carreira, cujo currículo exija ou recomende cursos de graduação ou de pós-graduação em sua especialidade.

Quando implantado o Departamento, seu corpo

docente terá plena autonomia didática, técnica e científica. Para exercê-la, os professores titulares, associados e assistentes reunir-se-ão em Conselhos Departamentais, que contarão, também, com a participação de dois representantes dos estudantes de cada unidade universitária, um dos cursos de graduação e outro dos cursos de pós-graduação.

O estabelecimento dos currículos e suas variantes para cada modalidade de formação compete às Congregações de Carreira. Para isto serão elas integradas por todos os professores dos

Institutos Centrais e das Faculdades que tenham participação em cada modalidade de formação e por Delegados Estudantis, de cada carreira, um para os cursos de formação e outro para os de pós-graduação. Assim, a congregação da carreira de engenheiro-mecânico, por exemplo, será integrada por professores dos Institutos Centrais de Matemática, de Física, de Química e de Ciências Humanas (Economia) e mais, pelos professores da Faculdade de Tecnologia, cujos cursos os alunos respectivos devam seguir. As Congregações elegerão, para cada



tipo de formação, dois Decanos, um para os cursos de formação, outro para os cursos de pós-graduação, que compoem a Câmara dos Decanos. Todos os membros das Congregações terão obrigações de tutoria de alunos, acompanhando cada um deles, desde seu ingresso na Universidade, até a graduação, sob a supervisão dos Decanos.

A direção de cada unidade universitária caberá às Comissões Diretoras, integradas pelos Diretores dos órgãos que as compõem, eleitos pelos chefes de Departamento. O conjunto das Comissões Diretoras elegerá, cada qual, o diretor das respectivas unidades universitárias que integrarão a Câmara dos Diretores.

Os estudantes dos cursos de formação e de pós-graduação de cada carreira elegerão delegados que integrarão a Câmara dos Delegados Estudantis, equivalente em número à Câmara dos Decanos e que representará o corpo discente nos conselhos departamentais, nas congregações de Carreira e no Conselho Universitário.

O órgão deliberativo supremo da Universidade é o Conselho Universitário composto dos três corpos fundamentais da Universidade: a Câmara dos Diretores, que representa o colegiado de coordenação das atividades administrativas; a Câmara dos Decanos, representando o corpo docente e a Câmara dos Delegados Estudantis, o corpo discente, os dois últimos estruturados segundo as várias modalidades de formação oferecidas pela Universidade.

O Conselho Universitário reúne-se ordinariamente duas vezes por ano, sob a presidência da Mesa Executiva, composta pelo Reitor, Vice-Reitor e por três Coordenadores Gerais, respectivamente, dos Institutos Centrais das Faculdades e das Unidades Complementares, eleitos pelas Comissões Diretoras. Compete-lhe decidir, como última instância, sobre matéria didática, técnico-científica, acadêmica e disciplinar. O órgão dirigente da Fundação Universitária de Brasília é o seu Conselho Diretor, composto de seis membros, nomeados livremente pelo Presidente da República da primeira vez e, daí por diante, renovado sob seu controle, através da nomeação de novos membros por escolha sobre listas tríplices elaboradas pelo próprio Conselho. O Conselho Diretor elege o Presidente da Fundação, que é o Reitor, bem como o Vice-Reitor, com funções executivas no que respeita à vida escolar e às atividades de ensino e de pesquisa. Os diversos órgãos de deliberação e coordenação entrarão em funcionamento depois de inaugurados os cursos; à medida que cada unidade uni-

versitária se estrutura. Até então, a direção caberá ao Conselho Diretor da Fundação Universitária de Brasília, ao Reitor e ao Vice-Reitor, que serão assistidos por Assessores de sua livre escolha para cada Unidade Universitária.

A esses Assessores caberá: selecionar e preparar as equipes com que se instalarão em Brasília, em data prevista; dar assistência aos arquitetos no planejamento das respectivas unidades; planejar e promover a aquisição dos respectivos equipamentos e bibliotecas; preparar a elaboração dos livros de texto e outros materiais que devam ser adotados pela Universidade para os cursos iniciais.

A Universidade de Brasília em 1963
Um balanço das realizações da Universidade de Brasília neste primeiro ano de existência revela o enorme esforço dispendido e o acerto do Conselho Diretor em fazer funcionar imediatamente os seus cursos. Criada por lei em dezembro de 61, já a 9 de abril do ano seguinte, apenas 4 meses após a sua fundação, ela conseguia oferecer a Brasília e à sua juventude oportunidades de estudo em grande número de campos.

Naquela data começaram a funcionar os cursos de Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo e Letras Brasileiras. Não apenas cursos dos tipos tradicionais eram oferecidos, mas toda uma estrutura nova de ensino que apresentava várias vantagens. Em primeiro lugar, o sistema de troncos que, fundindo em um único conjunto diversos cursos, como o de Direito, Administração e Economia, permitia aos alunos, ao fim dos dois primeiros anos de estudos ou no decorrer deles, deliberar sobre a carreira a que deviam se encaminhar. Outra inovação foi a criação do Curso de Letras Brasileiras. Até então, a formação do professor secundário de língua vernácula se fazia, meio de contrabando, em cursos de Letras Neo-Latinas ou de Letras Clássicas. Pela primeira vez se montava um curso especificamente destinado a permitir o domínio dos instrumentos de expressão literária e de fazer seus alunos herdeiros do patrimônio cultural do nosso povo, visando o magistério secundário, o jornalismo de imprensa, de rádio e de televisão ou a especialização em literatura e lingüística. A abertura desses cursos foi muito bem recebida pela juventude e por todas as camadas da população de Brasília. Mais de duas mil pessoas compareceram à Universidade, manifestando interesse em frequentar os cursos; quase a metade chegou a fazer exames vestibulares, tendo-se inscrito, em 1962, cerca de 500 alunos, que assim tiveram oportunidade de iniciar um curso

de nível superior numa cidade que contava apenas dois anos de existência. Aos exames vestibulares de 63 acorreram 957 candidatos e foram aprovados 402. Devemos salientar que esse vestibular, como o anterior, foi feito segundo critérios jamais tentados no Brasil, em que se combinou testes vocacionais com baterias de provas de aferição de conhecimentos gerais adquiridos no curso secundário e de maturidade intelectual do candidato para seguir cursos superiores. A procura foi menor que a do ano passado. Caracterizou-se, porém, pela juvenildade dos candidatos. Trata-se, desta vez — e daqui por diante tenderá a ser assim — da juventude de Brasília que se forma, cada ano, nos cursos secundários e se encaminha natural e normalmente para sua Universidade. A procura de inscrições por parte de alunos vindos do Brasil inteiro foi também maior do que esperávamos. Assim, a Universidade conta, hoje, com cerca de 1 000 alunos regulares e com uma boa percentagem de jovens vindos de diferentes Estados e que lutam com grandes dificuldades para encontrar modos de aqui viver, a fim de frequentar um curso que preferiram a outros em seus locais de origem.

A inovação mais importante introduzida pela Universidade de Brasília foi, seguramente, a dos cursos de pós-graduação. Todos aqueles que visitam o campus da UNB — e ela é hoje um ponto de visita obrigatória de quantos vêm a Brasília e mesmo da população local — podem ver ali uma casa modesta, mas com um sentido simbólico extraordinário para a cultura brasileira: é a residência dos estudantes pós-graduados, isto é, dos jovens de talento assinalado, formados no máximo há cinco anos em outras universidades brasileiras, desejosos de abraçar a carreira universitária ou de se especializarem. Aquela é a primeira casa com que contam as universidades brasileiras, especificamente devotada a estudantes de cursos pós-graduados. E esta residência é que permite legitimamente chamar a todo o conjunto de edifícios e instalações onde se assenta a Universidade de um campus, porque ali está sediada uma comunidade voltada para as tarefas do cultivo do saber e do conhecimento e vivendo exclusivamente para isso. Nesses jovens repousam as esperanças da UNB de representar um papel de renovação nos respectivos campos do conhecimento e na própria cultura brasileira.

Outra iniciativa da Universidade são os cursos de Extensão Cultural oferecidos a toda a população de Brasília. Desde o primeiro momento, a Universidade de Brasília preocupou-se com os programas de extensão e pudemos oferecer no ano passado cerca de 30 cur-

...sos diferentes, que iam desde a apreciação musical até cursos para fiscais de obras, técnica de contabilidade, de administração do pessoal, cursos de cultura helênica, problemas sócio-econômicos do Brasil e inúmeros outros. Nesses cursos matricularam-se mais de 800 alunos.

Há ainda um outro campo a que a Universidade de Brasília está devotando um interesse crescente e que representa para ela uma tarefa de seu próprio amadurecimento: realizar efetivamente suas funções de assessoramento aos poderes públicos e de estudo dos problemas com que se defronta a população brasileira. Com esse objetivo já instalados, em 63, dois centros de maior relevância. O primeiro deles é o Centro de Pesquisas da Tecnologia da Construção. Contamos já com a colaboração de alguns especialistas franceses e outros de diferentes países deverão nos ajudar e estamos contratando botânicos, pedólogos, tecnólogos brasileiros, que se devotarão ao estudo do solo dessa imensa região em que Brasília se assenta.

Outro setor de assessoramento a que a Universidade começará a devotar-se, ainda este ano, é o estudo das técnicas de planejamento, tendo em vista instrumentar os órgãos públicos para que alcancem rapidamente, não só um aprimoramento crescente da máquina administrativa, mas a adoção, cada vez mais intensa, das técnicas de planificação. Esse trabalho será realizado através do Centro de Estudos do Desenvolvimento Nacional entregue, também, a especialistas da mais alta qualificação, que farão da Universidade um núcleo permanente de estudos dos problemas brasileiros.

Não era possível terminar este artigo sem falar daquilo que toca tão de perto a nós de Brasília. Acostumamos a ver, com orgulho, esta cidade crescer num ritmo extraordinário, a admirar sua capacidade de planejar obras, que alcançaram o mais alto padrão arquitetônico no mundo moderno. Mas não apenas planejar; pôr em execução e terminar rapidamente essas obras, mais rapidamente do que se conseguiu, talvez, em qualquer lugar do mundo. Esse ritmo, o chamado ritmo de Brasília, que foi o nosso orgulho nos primeiros anos de construção da cidade, está sendo mantido num pedaço dela, que é o campus da Universidade. Aí o ritmo de Brasília transformou-se no ritmo Universidade de Brasília, que é alguma coisa realmente de aquecer o coração.

O número de obras que a Universidade conseguiu realizar em um ano e, sobretudo, nesses últimos meses, e o padrão dessas obras é tão impressionante que precisa ser visto. O que o caracteriza é, em primeiro lugar, a con-

quista de um tipo novo de edificação, que guardando toda a dignidade, toda a sobriedade, toda a qualidade que uma universidade deve ter como imagem que é da Nação e da Cultura, fosse ao mesmo tempo, despida de qualquer caráter suntuário, de tudo que represente um preço a mais em recursos que poderiam ser aplicados na compra de livros, de equipamento ou na ampliação do corpo de professores. Outro aspecto assinalável é, além da sobriedade desse estilo, sua beleza, o seu baixo custo e a extraordinária celeridade com que os prédios têm sido feitos. Neste começo de 1963, a UNB está construindo simultaneamente 11 prédios, e um deles — cuja construção deve começar dentro de poucos dias — representará a edificação maior em extensão em área construída e também em vulto de nossa cidade-capital. Trata-se do grande edifício dos Institutos Centrais de Ciência da Universidade de Brasília. Para meu gosto é o melhor projeto de Oscar Niemeyer. Naturalmente não terá a leveza sutil dos palácios da capital, mas terá uma sobriedade e grandiosidade realmente extraordinárias, grandiosidade tanto maior pelo seu sentido simbólico, por representar o edifício que conterà, pela primeira vez, os elementos capazes de tornar o Brasil realmente autônomo e independente num setor fundamental para um povo que efetivamente amadurece: o campo do saber, da ciência e da tecnologia.